



PANORAMA DA SEMANA **DE 8 A 12 DE JUNHO**

4ª CÂMARA DO MPF – MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL

O Procurador-Geral da República, Augusto Aras, anunciou na última 2ª feira (08/06) o nome de Juliano Baiocchi para coordenar a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural) do Ministério Público Federal (MPF). A Câmara trata de assuntos relacionados à flora, fauna, áreas de preservação, reservas legais, recursos hídricos, entre outros. Juliano é Suprocurador-geral da República e em março participou do Seminário promovido pelo Interlegis sobre “Regularização Fundiária em Imóveis Rurais da União – Sustentabilidade, Gestão e Controle”, na ocasião afirmou ser favorável à Medida Provisória **(MPV) 910/2019 (MP da Grilagem)**.

O Subprocurador, segundo sua rede social, é proprietário do “Estância Villa-Verde,” que consiste em um rancho localizado em Brasília (DF) que cria e realiza a seleção de gado Gir Leiteiro e Girolando em regime de pasto para a produção e venda de leite e queijo.

Em entrevista à BBC Brasil ele afirmou:

"Se o MP fosse mais próximo do agronegócio acredito que seria bom para o meio ambiente. Estamos em uma fase em que a tutela dos direitos sociais (o meio ambiente equilibrado é um direito da sociedade) deveria passar muito mais por processos de composição e diálogo do que por uma rivalidade entre supostos defensores do passado e a realidade do presente."



COVID-19 E POVOS INDÍGENAS

O Plenário do Senado Federal (SF) adiou, mais uma vez, a deliberação do Projeto de Lei **(PL) 1142/2020**, que dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção da Covid-19 nos territórios indígenas, cria o Plano de Emergencial e estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas e comunidades tradicionais para o enfrentamento do vírus. O parecer do sen. Randolfe Rodrigues (REDE/AP) é pela aprovação do texto, mas com emendas de redação.

O texto foi aprovado pelos deputados no dia 21 de maio e caso tenha alguma alteração deve retornar à Câmara. Segundo reportagem do O Globo, já foram registrados 218 óbitos por contaminação do Covid-19 em territórios indígenas na Amazônia Legal (dados da Coiab), e dentre os principais motivos estão a presença de garimpeiros ilegais nas terras e a chegada de agentes de saúde infectados.

A presidência do Senado convocou nova sessão deliberativa para **3ª feira (16/06) às 14h** com a proposição na pauta.

PRORROGAÇÃO DA GLO NA AMAZÔNIA

O Presidente Jair Bolsonaro publicou, na última 4ª feira (10/06), o **Decreto 10394/2020** que prorrogou por mais trinta dias o emprego das Forças Armadas na Garantia de Lei e da Ordem (GLO) e em funções subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal.

No dia 05 maio foi publicado o **Decreto 10341/2020**, que autorizou o emprego das Forças Armadas até o dia 10 de junho e submeteu os especialistas e técnicos dos órgãos de proteção ambiental aos Comandos dos Militares. Outro ponto crítico foi o lançamento da Operação Verde Brasil 2, que por sua vez, prevê um custo orçamentário muito alto de **R\$ 60 milhões**.

<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.394-de-10-de-junho-de-2020-261117120>

FLORESTA NACIONAL DE BRASÍLIA

Após a reunião do Ministro Ricardo Salles e a Secretária de Esporte do Distrito Federal, Celina Leão, sobre a reabertura do Parque Nacional de Brasília, o ICMBio publicou na 6ª feira (12/06) a Portaria 698/2020,* que estabelece a reabertura da visitação pública no parque a partir do dia 15 de junho. O texto suspende a cobrança de ingressos por trinta dias e não permite o uso de piscinas localizadas na unidade de conservação enquanto o ICMBio não se manifestar formalmente.

A autarquia já havia estabelecido a reabertura dos Parques Nacionais, como: **Iguaçu, Aparados da Serra e Serra Geral.**

<http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-698-de-9-de-junho-de-2020-261277988>

SERVIDORES PÚBLICOS

Durante a semana o presidente Jair Bolsonaro afirmou que o valor do auxílio emergencial poderia permanecer o mesmo (R\$ 600,00) caso os parlamentares cortassem os seus próprios salários. A proposta do Executivo é que sejam pagas mais duas parcelas do benefício, mas com valor reduzido de R\$ 300,00.

Em resposta durante coletiva de imprensa na **3ª feira (09/06)**, o presidente Rodrigo Maia (DEM/RJ), chegou a afirmar que o Parlamento não teria problema em discutir o assunto do corte dos salários para prorrogar o auxílio, desde que esse debate envolvesse todos os servidores dos três Poderes (Executivo, Legislativo e o Judiciário).

Maia também comentou sobre a reforma tributária e administrativa:

“Na reforma da previdência quem fez o sacrifício foram os servidores públicos e os trabalhadores, na reforma administrativa quem vai fazer o sacrifício serão os servidores públicos e na reforma tributária quem vai fazer o sacrifício maior são os empresários.”

Diretoria Executiva
ASCEMA Nacional

Pulso Público